

## A indexação do salário muda a relação produto/trabalho e causa recessão

Shotoku Yamamoto (\*)

Entretanto, esta teoria funciona numa economia sem indexação dos preços dos insumos, fato que não ocorre na economia brasileira

Após o fortalecimento do sindicalismo no Brasil, o principal insumo industrial que é a remuneração do trabalho, começou a DIMINUIR a relação PRODUTO/TRABALHO em detrimento do capital. Para provar esta tese, vamos imaginar uma economia de escambo, sem uso da moeda, já que inflação, segundo a teoria de Milton Friedman, é um fenômeno monetário.

Numa economia imaginária, os produtores geram no período de um ano, 10.000 toneladas de alimentos e remuneraram os trabalhadores com 20% da produção. Assim, os trabalhadores recebem no final do período, 2.000 toneladas de alimentos. No ano seguinte, os trabalhadores se unem através do sindicato, e passam a exigir 21% da produção a título de remuneração do trabalho, sem aumento da produtividade.

Portanto, a produção no segundo ano continuará 10.000 toneladas e os produtores passarão a transferir aos trabalhadores 2.100 toneladas de alimentos. Os produtores que no ano anterior, dispunham de 8.000 toneladas para pagamento de impostos energia, outros insumos e remunerar o capital, no segundo ano terão 7.900 toneladas.

Ao continuar com esta progressão da remuneração dos trabalhadores nos períodos seguintes, fica evidente que a fatia dos produtores irá diminuir continuamente até que os produtores ficarão sem nenhuma parte da produção para remunerar o capital e acabarão encerrando a atividade

produtiva. Esta hipotética economia de escambo só poderia funcionar desde que houvesse aumento da produtividade na mesma proporção do aumento da remuneração do trabalho. Isto é, com o mesmo número de trabalhadores produzissem no segundo ano 11.000 toneladas de alimentos, não 10.000.

Com isto, creio que fica evidente a urgente necessidade de acabar com a indexação dos preços de todos os insumos industriais, principalmente a mão de obra. Aliás, o Plano Real levado a prática em 1994 já condicionava o seu êxito ao fim da indexação, porque, em última análise, era o fator determinante da geração do déficit público, emissão de moeda e aumento da carga tributária.

O Banco Central, para eliminar o efeito inflacionário desta emissão, vende títulos do Tesouro Nacional pagando juros "pornográficos" para trazer de volta estas moedas, aumentando o endividamento. Portanto, o próprio governo foi vítima da indexação.

Se o Governo Federal não tivesse os poderes de emitir moeda, colocar no mercado títulos da dívida pública e aumentar a carga tributária numa canetada, estaria na mesma situação que se encontram a maioria dos Estados e Municípios, inadimplentes como as empresas.

Para finalizar, a inflação brasileira não é apenas um fenômeno monetário e, portanto, a política de restrição ao crédito é inútil no combate à inflação porque, se de um lado, diminui a demanda, por outro, diminui também a oferta porque a produção está diminuindo com a falência das indústrias.

(\*) - É diretor da Sky Corte Laser e diretor conselheiro da ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas.

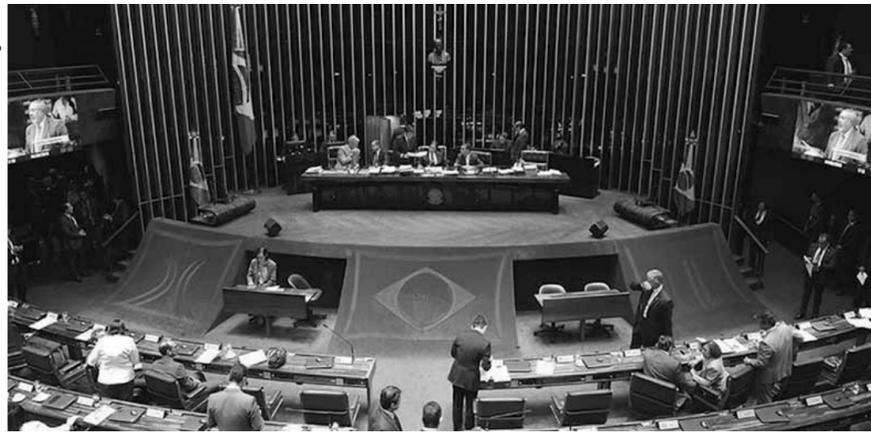
# Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser alterada para estados e municípios

Apontada como um marco para a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que completou 18 anos em maio, pode ser alterada

A LRF estabelece parâmetros para gasto público e tem como premissas básicas o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização. A legislação trouxe avanços e também desafios para sua aplicação. O Senado analisa diversos projetos para aperfeiçoar e atualizar a norma de quase duas décadas.

Um dos pontos de maior debate entre os parlamentares refere-se ao limite de gastos com pessoal previsto na lei. Uma das propostas está pronta para ser votada em Plenário. O projeto do senador Otto Alencar (PSD-BA), retira dos limites a gasto de pessoal impostos pela LRF as despesas com conselhos tutelares e programas especiais de saúde e assistência social, como os de Saúde da Família e de atenção psicossocial. A despesa total com pessoal nos municípios não pode ultrapassar 54% para o Executivo. Nos estados, esse limite é de 49%.

O autor do projeto lembra que programas como o Saúde da Família trouxeram novas despesas para as cidades, mas as transferências da União não



Plenário deve votar projeto que livra dos limites da LRF despesas com pessoal de alguns programas sociais.

acompanharam esses custos. Além disso, segundo o senador, houve perdas de arrecadação que prejudicaram os gestores. Para ele, houve um engessamento na legislação, que "feriu frontalmente a autonomia administrativa e financeira dos municípios".

Preocupação semelhante teve o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que apresentou um projeto para tornar a apuração da despesa total com

pessoal mais clara e vedar o aumento excessivo, justamente para evitar que manobras políticas semelhantes às citadas por Otto aconteçam no país, aproveitando brechas da LRF.

Entre outras ações, o projeto de Ferraço declara a nulidade do ato que concede aumentos ou vantagens cujos impactos sobre as despesas com pessoal ocorrerão após o final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.

A proposta, que aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, também estende as medidas de controle de gastos com pessoal para outros Poderes. "Essa medida objetiva dar maior efetividade à recondução das despesas com pessoal aos seus correspondentes limites", observa Ferraço no texto inicial do projeto, ainda sem data para ser votado na comissão (Ag. Senado).

## Estágio após conclusão do curso de Direito pode ser de dois anos

Os bacharéis em Direito só poderão realizar estágio por até dois anos após a conclusão do curso. Proposta com esse objetivo tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aguarda a designação de um relator. O projeto do senador Cidinho Santos (PR-MT), altera o Estatuto da OAB. A legislação permite a realização de estágio nos dois últimos anos da graduação e posteriormente à conclusão desta, sem limite máximo de duração.

Pelo texto, o período de dois anos de estágio valerá como exercício de atividade jurídica a contar a partir da colação de grau no curso.

"A lei não estabelece prazo máximo de duração do estágio exercido por bacharel, bem como não deixa claro que ele pode ser contado como exercício de prática jurídica para todos os fins legais, como, por exemplo, para concursos que exigem essa prática", justifica Cidinho.

O período de dois anos foi escolhido, segundo o senador, pois representa tempo suficiente para que o profissional recém-formado possa exercer atividade jurídica enquanto se prepara para o exame nacional da OAB ou para concurso público. Se for aprovado sem modificações na CCJ e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá para a análise da Câmara (Ag. Senado).

## Em debate o projeto sobre distrato na compra de imóveis

Ainda sem regulamentação no país, os distratos na compra de imóveis têm sido fonte de longas batalhas judiciais entre compradores e construtoras no Brasil. O tema está em tramitação no Senado, onde não encontrou consenso dos parlamentares.

O projeto da Câmara, que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta, foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos em julho, mas um recurso o levou para o Plenário, onde o texto recebeu 13 novas emendas.

Com isso, a proposta voltou à Comissão que designará um relator para se manifestar sobre as sugestões. A maioria das emendas são da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que foi uma das defensoras de mudanças no texto. "É um projeto que diz que vem garantir a segurança jurídica numa relação contratual entre comprador e vendedor. Mas todas as motivações são desmontadas quando nós vemos um a um os dispositivos, artigos, parágrafos e incisos deste projeto", afirmou.

Na opinião dela, a proposta tende a ser mais favorável às



Senadores contrários à proposta avaliam que texto é mais favorável a construtoras do que ao consumidor.

empresas, e a maioria absoluta de quem financia um imóvel são cidadãos bem intencionados: "Ainda que os especuladores correspondam, no montante, a 5% de tudo o que é contratado nessas relações, nós não estamos aqui para legislar pela exceção; nós estamos aqui para legislar pela regra", opinou. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é outra que criticou o projeto. Segundo ela, o texto inicial do deputado Celso Russomano (PRB-SP) foi desfigurado durante a tramitação na Câmara.

O senador Romero Jucá (MDB-RR) defendeu o texto.

Na opinião dele, não se trata de beneficiar as empresas, pois é um projeto que protege a sociedade brasileira que precisa comprar imóveis de construtoras que concluem suas obras. "O que estamos vendo hoje é uma situação de quebraadeira no setor imobiliário, uma situação extremamente grave, e isso compromete não só quem quer devolver o imóvel, compromete aquele que comprou um imóvel que a construtora não entrega porque não concluiu a obra" disse, durante a fase de discussão do projeto (Ag. Senado).

## Coreia do Norte concorda em encerrar centro nucleares



Os dois países firmaram um acordo militar que visa reduzir a tensão na fronteira entre as duas Coreias.

O líder norte-coreano, Kim Jong-un, concordou em fechar permanentemente um dos principais centros de testes e lançamentos de mísseis nucleares do país. O acordo foi anunciado ontem (19) durante uma rodada de encontros com o líder da Coreia do Sul, Moon Jae-in, em Pyongyang. O objetivo é discutir a paz na península e a desnuclearização, exigência do governo dos Estados Unidos.

De acordo com Moon, o líder norte-coreano se comprometeu em encerrar as atividades no centro de testes de mísseis de Tongchang-ri "na presença de especialistas (observadores) de nações relevantes". Além disso, Kim também concordou em fechar a área de testes nucleares de Yongbyon, mas somente se os Estados Unidos tomarem uma "ação recíproca", que não foi especificada pelo ditador norte-coreano.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, comemorou através do Twitter os resultados da cúpula, e anunciou que as duas Coreias

também se candidatarão de maneira conjunta às Olimpíadas de 2032. "Muito empolgante!", escreveu o republicano.

Além dos avanços para a desnuclearização de Pyongyang, os dois países firmaram um histórico acordo militar que visa reduzir a tensão na fronteira entre as duas Coreias. As duas nações concordaram em encerrar, a partir do dia 1º de novembro, seus movimentos ao longo da fronteira, além do fechamento de 11 postos de guarda até o final deste ano.

Os líderes dos dois países também avançaram nos assuntos inter-coreanos, firmando planos para ligarem suas ferrovias, com o objetivo de possibilitar novos encontros entre familiares separados pela Guerra da Coreia. Moon ainda convidou Kim para visitar Seul, sugerindo que o encontro seja realizado até o final do ano. Caso seja concretizado, será a primeira vez em que um líder norte-coreano visitará o sul após a divisão da península (ANSA).

## Projeto da deputada Mara Gabrilli assiste portador de doença rara

Um projeto da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) inclui a Charcot-Marie-Tooth numa lista de 14 doenças cujos pacientes terão direito a auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez sem período de carência. A proposta está sendo examinada pela Comissão de Seguridade Social e Família.

A doença, batizada com o sobrenome dos três cientistas que a identificaram, tem causa genética e ataca o sistema nervoso periférico. Provoca atrofia muscular progressiva em pés, mãos e antebraços. Os primeiros sintomas aparecem geralmente na infância. Com o passar do tempo, a pessoa tem dificuldade para sentir vibrações, dor e a temperatura



Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP).

das áreas afetadas. Estima-se que atinja 80 mil brasileiros e 2,8 milhões de pessoas em todo o mundo.

Presidente da associação dos portadores da doença, Suzy Kelly Benevides, ressalta que até os profissionais de saúde não estão familiarizados com a CMT. Ela se deparou com o desconhecimento na adolescência, quando foi diagnosticada. "É incrível imaginar que, aos 17 anos de idade, você ouve de um médico que não tem cura e que você pode parar de andar em algum momento. Imagine isso aos 17 anos. Infelizmente, hoje a gente ainda tem médicos falando isso para as mães dos portadores de CMT", lamenta (psdbnacamar)."